

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Lula promete "mudar lógica" do IR e aliviar rendas mais baixas 2

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Decisão sobre o novo mínimo sai até maio 4

TNONLINE - NOTÍCIAS
ANFIP

Especialistas veem brechas para correção do IR ainda neste ano 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ajuste garante R\$ 563 bi este ano, calcula IFI 7

A GAZETA NEWS - MS - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
ANFIP

Inscrições para concurso da Receita Federal terminam hoje (19) 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf retoma julgamentos com pauta de R\$ 11,5 bi e volta do voto de qualidade 9

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo lança programa Litígio Zero; veja como aderir 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A corrida por uma nova regra fiscal (Tendências/Debates) (Artigo) 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Lula critica BC e chama autonomia de bobagem 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil reavalia termos de adesão à OCDE, diz Haddad 15

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Home Office mais difícil para servidores federais 16

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

PEC quer federalizar segurança pública na capital federal 18

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasto com cartão corporativo da Presidência exige mais transparência (Editorial) 19

Lula promete "mudar lógica" do IR e aliviar rendas mais baixas

Renan Truffi e Fabio Murakawa De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que seu governo vai "mudar a lógica" do Imposto de Renda (IR) no Brasil mesmo que seja necessária uma "briga" com empresários. O petista explicou que seu objetivo é isentar do IR todos aqueles que ganham até R\$5 mil. Para isso, o presidente deu a entender que "está na hora" de cobrar este tributo dos "ricos" que "recebem dividendos". Neste sentido, ele endossou declaração do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que é necessário fazer uma **reforma tributária** o quanto antes para garantir o pagamento de um salário mínimo acima da **inflação**.

"Neste país, quem paga IR de verdade é quem tem holerite porque isso é descontado e não tem como não pagar. O pobre que ganha R\$ 3 mil paga mais do que aquele que ganha R\$ 100 mil. Quem ganha muito [dinheiro] paga pouco [imposto] porque recebe como dividendo", disse. "Meus companheiros sabem que tenho uma briga com economistas do PT porque eles dizem que, se fizer isso [isentar trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil], cai 60% de arrecadação. Então vamos mudar a lógica, diminuir para o pobre e aumentar para o rico. É necessária uma briga? É necessário", emendou.

A afirmação foi feita durante cerimônia de assinatura de um despacho que determina que ministérios da Esplanada elaborem em até 90 dias proposta para instituir política de valorização de salário mínimo. O ato contou com a presença de centenas de sindicalistas. Isso porque o objetivo da gestão petista é anunciar o valor do novo benefício até 1º de maio, quando é celebrado o Dia dos Trabalhadores, data simbólica para o eleitorado do PT.

Apesar disso, as negociações continuam travadas com o Ministério da Fazenda, que está sob responsabilidade de Fernando Haddad. O Orçamento aprovado pelo Congresso no ano passado prevê um mínimo de R\$ 1.320 neste ano, mas as centrais sindicais pedem um valor de R\$ 1.342, o que é incompatível com o equilíbrio das contas públicas.

Sobre a questão do mínimo, Lula deu a entender que o tema está ligado à **reforma tributária** e que somente uma política real de valorização do salário mínimo pode fazer a economia girar.

"Gostei de uma declaração do Haddad. Ele disse que vamos fazer a **reforma tributária** no primeiro semestre e para isso é preciso discussão e muita pressão de vocês. É possível aumentar o mínimo acima da **inflação** e esta é a melhor forma de fazer distribuição de renda. Se o **PIB** cresce, o salário mínimo tem que subir de acordo com o crescimento da economia", argumentou.

Além disso, Lula falou sobre uma possível revogação da reforma trabalhista num claro afago às centras sindicais, mas, em seguida, ponderou que o governo não pode fazer mudanças na legislação de uma única vez, como por meio de uma medida provisória, e precisa "construir" uma solução com o Congresso de forma que as mudanças não sejam derrubadas posteriormente.

"Nós queremos construir uma nova estrutura sindical, de novos direitos numa economia totalmente diferente. O mundo do trabalho mudou muito. O que cresceu foi o bico e o trabalho avulso. Nós não queremos que o trabalhador seja um eterno fazedor de bico, mas sim que tenha direitos garantidos e um sistema de **seguridade social** que o proteja. Em vez de fazer isso por MP apenas, nós vamos ter que construir juntos porque daí fica mais difícil desmanchar", defendeu.

Apesar do discurso do presidente, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, tem sido pouco enfático quando o assunto é o valor do salário mínimo. Ontem, logo após a cerimônia no Palácio, Marinho disse que "neste momento" o único valor garantido é o de R\$ 1.302, mas que isso pode ser "revisto" até o mês de maio. "Neste momento, o salário mínimo vale R\$ 1.302. O despacho é: estamos instituindo um grupo de trabalho que discutirá a política de valorização do salário mínimo. Igualmente, como aconteceu em 2005 e 2006, junto, visita o valor do presente ano. Esse trabalho que vai resultar se o salário mínimo de R\$ 1.302 vai ser para o ano todo ou se ele poderá ser revisado até maio. Essa é a definição de hoje. Hoje é R\$ 1.302 e maio pode ser que haja alteração a partir desse trabalho que vamos construir." No encontro, os dirigentes sindicais aproveitaram para mandar recados ao governo petista. O presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, disse, por exemplo, que o debate sobre o mínimo não pode ser pautado pelo "deus

mercado", em referência aos agentes econômicos e integrantes do mercado financeiro.

Em relação à reforma trabalhista, as entidades defenderem majoritariamente a revogação do texto, mas com algumas exceções. O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, explicou, por exemplo, que as centrais não querem a volta do imposto sindical, mas sim a valorização da negociação entre patrões e sindicatos. Isso porque, desde a reforma trabalhista, o acordado entre empresas e trabalhadores têm prevalência sobre o legislado.

"Dentre as mudanças, destacamos necessidade de resolver a questão do financiamento sindical. Não estamos pedindo a volta do imposto sindical, mas que o trabalhador decida como financiar seu sindicato", argumentou Miguel. O presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Antonio Neto, adotou tom um pouco mais enfático. "O ideal seria fazer um revogaço, uma MP de quatro linhas, para revogar três leis: a terceirização indiscriminada, a lei da reforma trabalhista e a lei da liberdade econômica. Esta é a esperança de todos os que aqui estão", afirmou.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187437>

Decisão sobre o novo mínimo sai até maio

rafaela gonçalves

O governo prorrogou o prazo de avaliação para o reajuste do salário mínimo de R\$ 1.302 para R\$ 1.320. Em reunião com centrais sindicais, ontem, no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um despacho para que os ministérios apresentem, em 45 dias, uma proposta de revisão do valor. Esse prazo, porém, é prorrogável uma única vez, por igual período, terminando em maio, a fim de que se tenha um cálculo bem embasado.

"Estamos instituindo um grupo de trabalho que discutirá a política de valorização do salário mínimo, igualmente como aconteceu em 2005. Esse trabalho é que vai definir se vamos manter o valor atual, de R\$ 1.302,00 até o final do ano, ou revisá-lo até maio. Esta é a principal definição", destacou o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que participou da solenidade.

O reajuste do piso salarial foi uma das promessas de campanha de Lula para serem implementadas ainda neste ano. No entanto, o valor foi colocado em xeque devido a um aumento significativo no número de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), no final do ano passado. Os R\$ 6,8 bilhões em recursos adicionais, reservados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023 para bancar esse aumento, não são suficientes para garantir os R\$ 1.320.

O adicional pode representar um custo extra de R\$ 7,7 bilhões no Orçamento, que o governo ainda avalia como fazer para bancar. Na véspera, durante sessão no Fórum Mundial Econômico, em Davos (Suíça), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, indicou que a viabilidade de um valor acima do que já está em vigor dependerá do cálculo do número de beneficiários do **INSS** - afinal, uma parcela grande dos pagamentos previdenciários são indexados ao mínimo.

A política de valorização do salário mínimo, que o governo deseja implantar, prevê uma recomposição inflacionária somada a um ganho real proporcional ao crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**). Em discurso durante a cerimônia, Lula disse que reajustar o piso "é a melhor forma de fazer distribuição de renda neste país". O presidente salientou que não adianta o **PIB** crescer se a riqueza produzida no Brasil não for distribuída.

"Nós provamos que é possível a gente aumentar o mínimo acima da **inflação**, e o mínimo é a melhor

forma de a gente fazer distribuição de renda. Não adianta o **PIB** crescer se ele não for distribuído. Neste país, o **PIB** já cresceu 14% ao ano e o trabalhador ficou mais pobre, porque se cresce e fica só com o dono da empresa, quem o fez crescer, que é o trabalhador brasileiro, não ganha nada. Então, o salário mínimo tem que subir de acordo com o crescimento da economia", defendeu.

Dez centrais sindicais, com cerca de 500 representantes, estiveram presentes ao encontro com o presidente. Essa foi a primeira reunião oficial do conjunto das organizações que representam os trabalhadores com Lula e Marinho, inaugurando uma agenda de encontros - ainda em fase de elaboração - com autoridades do governo e parlamentares.

Entre outros benefícios para os assalariados, as instituições defendem, também, a regulamentação do serviço por aplicativos e o fortalecimento da negociação coletiva, que, segundo o governo, devem ser debatidos dentro do prazo estipulado.

Reforma e IR

O presidente endossou a fala de Haddad, em Davos, de que o governo quer aprovar no Congresso uma **reforma tributária** ainda este ano. Durante participação no Fórum Econômico Mundial, o ministro da Fazenda reforçou que o governo pretende que tais mudanças sejam feitas de forma fatiada. No primeiro semestre, a proposta envolveria **impostos** que incidem sobre o consumo. Na segunda metade do ano, a gestão quer que o Congresso avalie a correção da tabela do Imposto de Renda.

Haddad afirmou que o debate sobre a necessidade de mudanças nas regras dos **impostos** está maduro. "Queremos aprovar a reforma. Ela é essencial para buscar a justiça tributária e para reindustrializar o país, porque é a indústria que paga, hoje, quase um terço dos **tributos** no Brasil, e responde por 10% da produção. Então, existe um desequilíbrio muito grande em relação à indústria", disse.

Durante o encontro com os líderes sindicais, Lula afirmou que essa mudança começará a ser construída. "Para isso, é preciso de muita discussão", afirmou.

O presidente disse, ainda, que o reajuste na tabela no IR deve aumentar a faixa de isenção para aqueles que recebem até R\$ 5 mil - outra promessa de campanha pela qual vem sendo cobrado. "O pobre que ganha R\$

3 mil paga, proporcionalmente, mais do que quem ganha R\$ 100 mil", disse o petista. Para o presidente, é preciso mudar a lógica - "diminuir imposto para o pobre e aumentar para o rico". "Vamos colocar o pobre no orçamento e o rico no Imposto de Renda", anunciou.

Lula ponderou, contudo, que o reajuste da tabela não será imediato, apontando como passo necessário para que se chegue a ele a negociação com os mais diversos setores da sociedade, além da aprovação da **reforma tributária**. "Vou brigar para fazer a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês. Mas isso não é da noite para o dia. Para isso, precisamos de uma **reforma tributária**", alertou.

Estamos instituindo um grupo de trabalho que discutirá a política de valorização do salário mínimo, igualmente como aconteceu em 2005. Esse trabalho é que vai definir se vamos manter o valor atual, de R\$ 1.302,00 até o final do ano, ou revisá-lo até maio" Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego

Provamos que é possível a gente aumentar o mínimo acima da **inflação**, e o mínimo é a melhor forma de a gente fazer distribuição de renda. Não adianta o **PIB** crescer se ele não for distribuído. Neste país, o **PIB** já cresceu 14% ao ano e o trabalhador ficou mais pobre" Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Especialistas veem brechas para correção do IR ainda neste ano

No início deste ano, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sinalizou que a correção da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) só entrará em vigor no ano que vem, pois, segundo ele, é necessário seguir o princípio da anterioridade que rege a tributação do IR. Especialistas apontam, no entanto, que o reajuste poderia ser imediato. O problema da decisão seria o impacto no Orçamento, devido à diminuição de arrecadação.

Pelo princípio da anterioridade citado por Haddad, uma medida de aumento das alíquotas do IR só pode entrar em vigor no ano seguinte. Para diminuir a carga tributária para o contribuinte, como seria o caso de reajuste da tabela, o princípio não se aplicaria, segundo especialistas ouvidos pelo Estadão .

A anterioridade existe para não surpreender o contribuinte de forma negativa. Por isso, há **tributos** que não podem sofrer aumento de forma imediata, apenas em 90 dias ou no ano seguinte, como o Imposto de Renda , afirma o presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal** (Unafisco), Mauro Silva. Dessa forma, seria possível fazer um reajuste da tabela do IR por projeto de lei, em que seria preciso esperar a aprovação, ou por medida provisória - com vigência imediata.

A última vez que a tabela do Imposto de Renda recebeu correção integral pela **inflação** foi em 1995. Em 2015, no governo Dilma, houve ampliação da faixa de isenção, que passou de até R\$ 1.787,77 para até R\$ 1.903,98 - teto vigente até hoje. Na época, o salário mínimo era R\$ 788. Assim, quem recebia até 2,4 salários mínimos era isento. Atualmente, quem recebe a partir de 1,5 salário mínimo já paga o tributo. Silva acredita que o reajuste não deveria ser tomado como uma renúncia fiscal, mas como cumprimento da Constituição.

Para o pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rodrigo Helfstein, a defasagem também está relacionada com o valor do salário mínimo, que não reflete os efeitos da **inflação** ao longo dos anos.

Diretor de Tax da Mazars Brasil, empresa especializada em auditoria, **impostos** e consultoria,

Luiz Eguchi, o problema do reajuste parece estar relacionado a espaço no Orçamento. Para as declarações deste ano, a arrecadação prevista é de R\$ 328,56 bilhões. Caso a tabela fosse corrigida integralmente pela **inflação**, o governo deixaria de arrecadar R\$ 184,29 bilhões.

Dessa maneira, um reajuste integral da tabela poderia inviabilizar as metas fiscais e as execuções previstas no Orçamento, afirma Helfstein. Caso houvesse a correção, teria que compensar a perda de arrecadação de alguma forma para seguir com o plano orçamentário. Não conseguiríamos cobrir o déficit e as metas fiscais , explica o pesquisador.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Site:

<https://tnonline.uol.com.br/noticias/economia/especialist-as-veem-brechas-para-correcao-do-ir-ainda-neste-ano-722360>

Ajuste garante R\$ 563 bi este ano, calcula IFI

As medidas de ajuste das contas públicas anunciadas na semana passada pelo governo federal devem ter impacto de pelo menos R\$ 56,3 bilhões neste ano e R\$ 60,5 bilhões em 2024, principalmente por meio de aumento de **tributos**. Os cálculos e a avaliação fazem parte do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF), divulgado ontem pela Instituição Fiscal Independente (IFI). AIFI é um órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado.

No documento, a instituição projeta para este ano, sempre do lado da arrecadação: R\$ 23 bilhões de transferências do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) para o Tesouro Nacional; R\$ 4,4 bilhões do PIS e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) sobre receitas financeiras; R\$ 28,9 bilhões da volta do PIS e da Cofins sobre combustíveis. Para 2024, os impactos viriam de PIS/Cofins sobre receitas financeiras (R\$ 6 bilhões) e combustíveis (R\$54,5 bilhões).

Todas essas são medidas consideradas factíveis pela instituição. Já as demais mudanças são consideradas incertas e não entram na conta em um primeiro momento, embora possam ter impactos ao longo dos próximos dois anos.

Para a instituição, o pacote "reduz a incerteza em torno do financiamento da elevação de gastos promovida" pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição. Além disso, "indica que a arrecadação terá papel preponderante na recuperação do equilíbrio fiscal nos próximos anos". Mas, de modo geral, a maior parte das medidas "precisará primeiro ser posta em marcha para que então se vislumbre seu efeito potencial, a exemplo do incentivo à redução da litigiosidade" no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**).

No relatório, a IFI também projeta que a dívida pública crescerá dois anos nos próximos, mas a um ritmo menor do que calculado anteriormente. Mesmo assim, a tendência é que o indicador suba "continuamente" até 2031.

No caso de 2023, a estimativa para a dívida bruta do governo geral (DBGG), principal indicador de estoque do endividamento público, passou de 77,2% para 77,8%. O montante é calculado sempre em relação ao

Produto Interno Bruto (**PIB**) e para o fim do ano. Para 2024, a projeção caiu de 81,2% para 79,8%. As projeções anteriores eram do RAF de dezembro. No caso do ano passado, a estimativa é que o indicador encerre em 74,1%. O número será divulgado no fim deste mês pelo Banco Central (BC).

A IFI também lembra que a projeção para o fim deste ano mantém a DBGG "elevada na comparação com as demais economias emergentes". Além disso, afirma que, "na ausência de uma regra que limite a evolução das despesas primárias (que não levam em conta a dívida pública), a perspectiva é de acúmulo de deficit primários" até 2031. Isso "fará a DBGG subir continuamente".

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187437>

Inscrições para concurso da Receita Federal terminam hoje (19)

As inscrições para o concurso público da **Receita Federal** terminam nesta quinta-feira (19). São 699 vagas da carreira tributária e **aduaneira**, para quem tem nível superior em qualquer área de formação, sendo 230 vagas de auditor-fiscal e 469 vagas de analista-tributário.

As remunerações iniciais são de R\$ 21.029,09 para o cargo de auditor-fiscal e de R\$ 11.684,39 para analista-tributário. Os interessados têm até as 16h (de Brasília) de hoje (19) para se inscrever pelo site da FGV (Fundação Getulio Vargas) .

O certame será realizado em duas etapas. A primeira terá prova objetiva, prova discursiva (ambas de caráter eliminatório e classificatório) e pesquisa de vida pregressa - de caráter eliminatório. Já a segunda etapa é o curso de formação profissional, também de caráter eliminatório.

O pagamento da inscrição deve ser realizado com DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federal), informando o código de receita 1571-INSCRIÇÃO CONCURSO - FGV. 2022. **AFRFB E ATRFB**.

Provas

As provas objetivas e discursivas serão aplicadas em todas as capitais do país, na provável data de 19 de março, com 140 questões de múltipla escolha de conhecimentos básicos e específicos.

Para o cargo de auditor-fiscal, a prova discursiva apresentará duas questões sobre o conteúdo programático de conhecimentos específicos. Já os candidatos ao cargo de analista-tributário terão que responder uma questão discursiva de conhecimentos específicos.

A 1ª etapa constará de:

a) Primeira Fase: Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório;

b) Segunda Fase: Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório; e c) Terceira Fase: Pesquisa de Vida Pgressa, de caráter eliminatório.

As informações oficiais sobre o concurso estão

disponíveis no Diário Oficial da União e na página da **Receita Federal** na internet, neste link .

Fonte: R 7

Site:

<https://agazetanews.com.br/noticia/nacional/189002/inscricoes-para-concurso-da-receita-federal-terminam-hoje-19>

Carf retoma julgamentos com pauta de R\$ 11,5 bi e volta do voto de qualidade

Beatriz Olivon e Joice Bacelo De Brasília e Rio

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** pautou 58 processos, que cobram pelo menos R\$ 11,5 bilhões, para as primeiras sessões do ano. Os julgamentos, marcados para o início de fevereiro, serão os primeiros sob nova gestão e desde a volta do voto de qualidade, que favorece a Fazenda Nacional.

Advogados temem uma reviravolta na jurisprudência. Além de bilionária, a pauta prevê discussões de teses que os contribuintes passaram a vencer com a extinção do voto de qualidade, em 2020, pela Lei nº 13.988. Lucros no exterior, amortização de ágio e preço de transferência, dentre elas.

O voto de qualidade foi restabelecido por meio de medida provisória (nº 1.160). Por esse critério, o presidente da turma - sempre um conselheiro indicado pelo Fisco - é quem tem o poder de decisão quando os julgamentos terminam em empate. Essa alteração foi anunciada no dia 12, como parte do pacote de medidas de recuperação fiscal.

"A repentina mudança da regra de julgamento em favor do Fisco criou um ambiente de insegurança jurídica, existindo razoável risco de que temas que os contribuintes venceram recentemente agora sejam julgados desfavoravelmente", afirma Leandro Bettini, sócio do M. J. Alves e Burle.

A lista dos processos que serão julgados entre os dias 1º e 3 de fevereiro foi divulgada ontem pelo **Carf**. No mesmo dia, segundo o advogado, clientes procuraram a banca para avaliar a pertinência de questionar, na Justiça, a inclusão de seus casos em pauta.

Os mais de 50 processos irão a julgamento na 1ª Turma da Câmara Superior, a mais alta instância do órgão. Se perderem, os contribuintes ainda poderão recorrer à Justiça, mas terão que apresentar garantia do valor em discussão.

Os dois primeiros processos da pauta, com julgamento previsto para o dia 1º, envolvem a Petrobras. Estão em jogo R\$ 5,4 bilhões. A discussão trata sobre lucros no exterior, uma das teses que teve jurisprudência revertida - em favor dos contribuintes - no período em que o critério de desempate mais favorável esteve em vigor.

Essa tese é relevante para a Petrobras, que estima R\$ 21,55 bilhões em discussões semelhantes. São processos na esfera administrativa e judicial com chance de perda considerada "possível" no Formulário de Referência da empresa.

Outra tese de impacto, também prevista para ir a julgamento em fevereiro, envolve preço de transferência. Trata-se de um conjunto de métodos criados pela **Receita Federal** para indicar o valor que uma empresa pode pagar por um bem ou serviço transferido por companhia vinculada a ela, instalada em outro país.

General Motors e a Ford Motor Company Brasil estão entre as empresas que tinham discussões sobre esse tema e conseguiram derrubar as autuações da **Receita Federal** por meio do critério de desempate favorável ao contribuinte.

Agora, no mês de fevereiro, serão julgados três processos envolvendo a Nissan Brasil Automóveis e, com a mudança de critério, há risco de o desfecho ser diferente do de suas concorrentes.

Também estão em pauta processos que discutem amortização de ágio. Um deles envolve a Claro. A **Receita Federal** autuou a operadora em R\$ 1,58 bilhão, conforme indica decisão de 2018 que cancelou parte da cobrança - e pode ser revista agora pela Câmara Superior.

Há ainda uma cobrança R\$ 3,55 bilhões recebida pela B3, cinco processos de ágio envolvendo o Santander - que somam autuações de, pelo menos, R\$ 500 milhões - e um outro, da Telefônica Brasil, que discute autuação de R\$ 476,9 milhões.

Ágio é um valor pago pela rentabilidade futura da companhia adquirida ou incorporada. Pode ser registrado como despesa nos balanços e reduzir o valor a recolher de Imposto de Renda e CSLL.

A operação é permitida por lei, mas a Receita costuma autuar contribuintes quando interpreta que o único objetivo foi reduzir carga tributária. Nesses casos, a operação é desconsiderada e os **tributos** cobrados, com juros e multa.

Pelo menos quatro empresas conseguiram se livrar dessas cobranças no ano passado. Uma delas, a ArcelorMittal, que havia sido autuada em R\$ 1,25 bilhão. A 1ª Turma da Câmara Superior cancelou a cobrança em julgamento em dezembro.

"Mas o cenário, hoje, é completamente diferente. Além da volta do voto de qualidade, não temos mais o Carlos Henrique de Oliveira", diz um advogado militante do **Carf** que preferiu falar sob anonimato.

Oliveira era presidente do órgão e considerado bastante "ponderado". No caso envolvendo a ArcelorMittal, por exemplo, ele foi o único dentre os conselheiros fazendários que votou contra a autuação. Ele foi substituído, neste mês, pelo auditor fiscal Carlos Higino Ribeiro de Alencar, indicado pelo ministro Fernando Haddad.

Advogados temem que a troca de comando dê ares mais fiscalistas ao Conselho. Higino é visto como um bom técnico e tem excelente currículo, mas nunca atuou nas delegacias de julgamento da **Receita Federal** (DRJ), a primeira instância administrativa, nem no **Carf**.

"Espera-se que o **Carf** siga fiel à sua missão de julgar os litígios tributários de acordo com a lei, não se prestando ao papel de máquina de arrecadação do governo federal", diz Luiz Gustavo Bichara, do Bichara Advogados.

Ontem, nove entidades ligadas à advocacia enviaram carta à ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, para esclarecer questões relacionadas ao voto de qualidade. "O retorno do voto de qualidade a favor da Fazenda não resultará em receita para a União, mas, sim, na migração das discussões para o Poder Judiciário", afirmam.

Os advogados também afirmam que o estoque de processos do **Carf**, que atingiu R\$ 1 trilhão no ano passado, não está relacionado à extinção do voto de qualidade. Citam o período de pandemia, que paralisou julgamentos, e também a greve dos auditores fiscais, que, no ano passado, provocou a suspensão das sessões por oito meses.

Gisele Bossa, sócia do Demarest e ex-conselheira do **Carf**, reforça que há movimentação no mercado para ingresso com medidas judiciais para que os casos sejam retirados de pauta até efetiva conversão da medida provisória em lei.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187437?page=2§ion=4>

Governo lança programa Litígio Zero; veja como aderir

O governo federal, por meio do Ministério da Fazenda, lançou o Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF). A finalidade é promover a renegociação de dívidas de pessoas físicas e jurídicas, com descontos e prazo de até 12 meses para pagamento.

A adesão à iniciativa deve ser feita das 8h de 1º de fevereiro de 2023 até as 19h de 31 de março de 2023. Podem ser negociadas dívidas tributárias em discussão no âmbito das Delegacias da **Receita Federal** de Julgamento (DRJ), do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** ou débitos de pequeno valor no contencioso administrativo ou inscritos em dívida ativa da União.

O programa concede descontos para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, de 40% a 50% do valor total da dívida, incluindo o tributo que originou o passivo, além de juros e multa, para débitos até 60 salários mínimos (R\$ 78.120).

Para dívidas acima de 60 salários mínimos, o desconto é de até 100% sobre o valor de juros e multas. Além disso, o governo vai permitir o uso de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa para quitar de 52% a 70% do débito.

As dívidas que se enquadram nessa categoria representam mais de 30 mil processos no **Carf**, com valor total superior a R\$ 720 milhões. Já nas delegacias da **Receita Federal**, são mais de 170 mil processos, totalizando quase R\$ 1 bilhão, segundo o Ministério da Fazenda.

Com a negociação, o governo projeta arrecadar R\$ 35 bilhões, além de R\$ 15 bilhões pela diminuição dos conflitos.

Fluxo O processo digital deverá ser aberto ao selecionar a opção "Transação Tributária", no campo da Área de Concentração de Serviço, e, a seguir, mediante seleção do serviço "Transação por Adesão no Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal - PRLF". Em seguida, o contribuinte deve aderir ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) para implementação pela Receita de endereço eletrônico para envio de comunicações.

O requerimento de adesão apresentado suspende a tramitação dos processos administrativos fiscais

referentes aos débitos incluídos na transação enquanto o requerimento estiver sob análise. Havendo incompletude na documentação, o contribuinte será intimado para, no prazo de dez dias, suprir a falha apontada.

A formalização do acordo de transação constitui o reconhecimento pelo contribuinte dos débitos, com extinção do litígio administrativo.

Qualquer que seja a modalidade de pagamento escolhida, o valor mínimo da prestação será de R\$ 100 para a pessoa física, de R\$ 300 para a microempresa ou empresa de pequeno porte, e de R\$ 500 para demais pessoas jurídicas.

O valor da entrada deve ser equivalente a 4% do valor consolidado dos créditos transacionados, e o restante pago com redução de até 100% de juros e multas, observado o limite de até 65% sobre o valor total de cada crédito objeto da negociação, em até duas prestações mensais e sucessivas e de 50% sobre o valor total de cada crédito objeto da negociação, em até oito prestações mensais e sucessivas.

Além disso, o programa prevê a possibilidade de utilização de créditos líquidos e certos, devidos pela União, suas autarquias e fundações públicas, próprios ou adquiridos de terceiros, decorrentes de decisões transitadas em julgado para quitação ou amortização do saldo devedor da transação.

RESUMO

Quem pode aderir? pessoas físicas e empresas com dívidas tributárias em discussão no âmbito das Delegacias da **Receita Federal** de Julgamento, do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** ou débitos de pequeno valor no contencioso administrativo ou inscritos em dívida ativa da União Qual é o prazo? das 8h de 1º de fevereiro de 2023 até as 19h de 31 de março de 2023 Como é feita a adesão? Por meio de abertura de processo digital no portal e-CAC Quais documentos preciso? Requerimento de adesão disponível no e-CAC devidamente preenchido; prova do recolhimento da prestação inicial; certificação expedida por profissional contábil acerca da existência e regularidade de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, na forma de formulário

próprio disponível no e-CAC

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/19-01-2023-edicao24487/>

A corrida por uma nova regra fiscal (Tendências/Debates) (Artigo)

Carlúndia Brito S. Fernandes *Doutora em economia do desenvolvimento (USP), é professora de economia na Universidade Estadual de Maringá; foi pesquisadora visitante na Universidade Columbia (Nova York)*

Nos últimos meses temos ouvido falar muito sobre "regras fiscais", mas qual o significado desse termo? Por que o mercado as deseja tanto? As regras fiscais são restrições que são impostas à política fiscal, ou seja, são limites que podem ser estabelecidos para os gastos públicos, as receitas, o saldo orçamentário e a dívida pública. Elas têm sido utilizadas por países de diferentes níveis de renda.

No entanto, conforme analistas do FMI destacam no artigo "Fiscal Rules and Fiscal Councils: Recent Trends and Performance during the Pandemic", publicado em 2022, essas regras têm se tornado cada vez mais comum entre países emergentes e em desenvolvimento. No final de 2021, havia um total de 105 países com pelo menos uma regra fiscal.

No Brasil temos, no momento, as seguintes regras fiscais em execução: a regra de ouro (1988), que impede que os governos se endividem para pagar despesas correntes (como as de pessoal); A Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), que estabelece, dentre outros, limites para os gastos com pessoal e para o resultado primário; e o teto de gastos públicos (2016), em que as despesas primárias do governo federal são limitadas à **inflação**.

Sabemos que aqui, assim como na maioria dos países, essas regras tiveram que ser alteradas, ou suspensas, durante a pandemia para atender às demandas que surgiram. Resultado: um grande aumento nas dívidas, e agora o mercado espera que os países apresentem novas regras fiscais, de forma a reduzir os riscos da sustentabilidade da dívida pública.

No caso brasileiro, essa demanda tem sido relativamente intensa, pois, além dos problemas gerados pela pandemia, tivemos a mudança de governo. Por ser originalmente de esquerda e ter declarado que pretende revogar a regra do teto de gastos, o mercado está ansioso à espera de uma nova regra fiscal. E isso deverá ser atendido, o que não significa que os graves problemas sociais, como a fome enfrentada por milhões de brasileiros e brasileiras, serão deixados para um segundo plano.

Nova regra fiscal é a tendência mundial. Grande parte dos países está corrigindo as suas, e expressiva parcela já possui, inclusive, uma regra para a dívida pública. Sendo assim, o Brasil terá que se manter nesse grupo, mesmo porque há uma ampla literatura que defende a adoção de regras fiscais (por exemplo: "Second-Generation Fiscal Rules: Balancing simplicity, flexibility, and enforceability. International Monetary Fund", 2018; e "Redesigning EU Fiscal Rules: From rules to standards. Economic Policy", 2021). Além disso, os organismos internacionais (destaca-se o FMI) e as agências de risco dão forte peso a essas regras ao elaborarem seus relatórios.

Nesse âmbito, o novo governo terá que apresentar uma nova regra fiscal, e essa será uma demonstração para o mercado de que está disposto a controlar as contas públicas. A vantagem é que elas têm assumido padrões mais simples e flexíveis (a choques adversos), o que favorece políticas menos pró-cíclicas. Assim, poderemos escapar do engessamento da regra do teto de gastos de 2016 e buscarmos soluções (como a **reforma tributária**) que fortaleçam a economia no médio e longo prazo.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50161&_ga=2.131199814.871424281.1673941613-1178689839.1662718364&anchor=6471558&pd=583d9c6c518f2f3aaba61babc89e6997

Lula critica BC e chama autonomia de bobagem

Matheus Teixeira e Renato Machado Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou nesta quarta-feira (18) a atuação do Banco Central, questionando o atual patamar dos juros e classificando a autonomia da autoridade monetária como uma "bobagem". Além disso, ele considerou exagerada a atual meta de **inflação** a ser perseguida pela autarquia.

Para Lula, a atual meta de **inflação** -de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo- obriga o BC a implementar um arrocho econômico por meio da elevação dos juros em um momento em que o Brasil precisa crescer.

Lula concedeu à GloboNews entrevista, veiculada na tarde desta quarta-feira (18). Ele fez as críticas ao BC ao lhe ser perguntado sobre mudanças no arcabouço fiscal brasileiro.

"Neste país, se brigou muito para ter um BC independente, que ia melhorar o quê? Eu posso te dizer com a minha experiência: é uma bobagem achar que o presidente de um BC independente vai fazer mais do que fez o BC quando o presidente [da República] era quem indicava", disse Lula.

"Eu duvido que esse presidente do BC [Roberto Campos Neto] seja mais independente do que foi o [Henrique] Meirelles. Eu duvido. Por que, com o BC independente, a **inflação** está do jeito que está e o juro está do jeito que está?" Henrique Meirelles foi o presidente do BC durante os dois primeiros mandatos de Lula, entre 2003 e o fim de 2010.

O Banco Central brasileiro, na verdade, não chega a ser independente, e sim autônomo. O Congresso aprovou em 2021 a autonomia da autoridade monetária, que busca reduzir a ingerência política sobre a instituição. Uma das principais medidas é que o presidente do BC e seu diretores passaram a ter mandato fixo, de quatro anos.

A independência seria um passo além e existe quando os bancos centrais têm poder para definir, eles próprios, suas metas e objetivos; além de terem liberdade operacional para definir como atuarão para atingi-las.

Lula, na sequência, também criticou a meta de **inflação** atual, argumentando que o índice acaba barrando o crescimento econômico brasileiro.

"Você estabeleceu uma meta de **inflação** de 3,7%. Quando faz isso, é preciso arrochar mais a economia para atingir aquele 3,7%. Por que precisava fazer 3,7%? Por que não faz 4,5%, como fizemos [nos seus mandatos anteriores]? A economia brasileira precisa voltar a crescer", afirmou.

A meta de **inflação** é definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), que tem três votos. Durante o governo Bolsonaro, as cadeiras eram ocupadas pelo ministro da Economia, pelo secretário especial de Tesouro e Orçamento da pasta e pelo presidente do BC.

A meta para este ano é de 3,25%, e, para 2024, de 3%. Há uma margem de 1,5% para cima ou para baixo.

Assim como já fizera anteriormente, Lula usou os resultados de seus dois primeiros governos para apontar que não é contra a responsabilidade fiscal e pediu, com base nisso, às pessoas que não exijam isso dele. Também sinalizou que é preciso "fazer política fiscal, dar garantia que a gente não vai gastar mais que a gente ganha".

No entanto, também ressaltou que é necessário cumprir as obrigações com o social.

"Não peçam para mim seriedade fiscal. O que eu quero é que as pessoas que pedem estabilidade fiscal tenham responsabilidade social. Assumam compromisso com o social, porque não é possível esse país ter gente na fila do osso para pegar carne, ter 30% de pessoas passando fome", afirmou.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50161>

Brasil reavalia termos de adesão à OCDE, diz Haddad

Luciana Coelho davos (suíça)

O Brasil vai retomar as conversas para integrar a OCDE (grupo que reúne alguns dos países mais desenvolvidos do mundo), mas pode apresentar condições para prosseguir no processo de adesão ao clube que reúne os países democráticos mais ricos do mundo, disse nesta quarta (18) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a jornalistas no encontro do Fórum Econômico Mundial em Davos.

Segundo ele, o governo brasileiro voltará a se sentar à mesa com seus parceiros em blocos comerciais e políticas no exterior sob a Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A tarefa é facilitada pelo fato de o país ter sido ungido, coincidentemente, com a tripla coroa das presidências do Mercosul e do G20, neste ano, e a partir de 2025 dos Brics, que integra com Rússia Índia, China e África do Sul e ao qual a gestão anterior virou as costas.

Haddad se reuniu pela manhã com o secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, em uma das salas privativas do fórum.

"O Brasil já participa muito da OCDE, eu mesmo, quando ministro da Educação [em gestão anterior de Lula], mantive a participação no Pisa [exame que afere o nível de ensino em diferentes países]. Essa aproximação está acontecendo naturalmente", disse o ministro ao ser indagado sobre o processo de adesão. "Agora vamos ver com o Itamaraty e a Presidência da República os próximos passos." A adesão à OCDE, solicita da formalmente pelo governo Michel **Temer** em 2017, ganhou impulso na gestão Bolsonaro após Brasília obter apoio dos Estados Unidos em troca de abrir mão de seu status especial em outro organismo multilateral, a Organização Mundial do Comércio, em um acordo criticado na época. Depois, no entanto, o processo estagnou, já que o país precisa apresentar uma série de medidas para se conformar ao grupo.

Quando lhe foi perguntado se houve alguma demanda por parte de Cormann, respondeu que não, por ora. Aventou, porém, que pode haver, e também por parte do governo brasileiro.

Segundo ele, há um grupo de trabalho para o tema, no qual atua a secretária de Assuntos Internacionais da

pasta, Tatiana Rosito, que o acompanhou a Davos e "vai apresentar os termos de uma eventual participação para que a Fazenda possa subsidiar o presidente na definição que ele tomar", afirmou.

Ele havia dito antes já que a decisão cabia a Lula, e nos dois mandatos anteriores o petista priorizara as relações com outros países em desenvolvimento.

Antes de participar de um painel sobre América Latina à tarde e de partir de volta para o Brasil, Haddad também se reuniu com Dara Khosrowshahi, o CEO da Uber. Segundo o ministro, na conversa ele reforçou que o governo brasileiro quer regularizar a situação dos motoristas de aplicativo, sobretudo a previdenciária.

Desde a posse, 23 sindicatos que representam motoboys, moto entregadores e motofretistas solicitaram audiência ao presidente e ao novo ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

Segundo a assessoria da Uber, Khosrowshahi "apresentou os investimentos da empresa no Brasil e seus impactos na economia", além de se colocar "à disposição do governo federal para contribuir no debate".

Quanto ao **INSS**, o executivo "reforçou a importância da inclusão de motoristas e entregadores na **Previdência Social**, com a participação das empresas na contribuição, modelo defendido pela Uber desde 2021", diz a empresa.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50161>

Home Office mais difícil para servidores federais

Matheus Souza

O governo federal fez mudanças no funcionamento do home office para servidores. Foram definidas categorias prioritárias para o modelo de trabalho, o que acaba por dificultar a adesão de funcionários públicos federais ao sistema.

Um mês após o antigo Ministério da Economia publicar um decreto que determinava condições para o funcionamento do teletrabalho, o Ministério da Gestão e da Inovação suspendeu a medida do governo federal anterior.

Após a revogação, o Ministério publicou uma instrução normativa na qual limita a adesão ao teletrabalho para **servidores públicos** federais. De acordo com o Diário Oficial da União, foi definido que as seguintes categorias terão prioridade na adesão do modelo: Pessoas com deficiência ou com problemas graves de saúde e quem cuida de dependentes com essas condições; servidores com mobilidade reduzida; quem está gestante ou amamentando; e categorias que cumprem horário especial.

Têm direito ao horário especial o servidor estudante; pessoas com deficiência ou que tenha filho, dependente ou cônjuge portador de deficiência; e para aqueles que atuam como instrutores em curso de formação, de treinamento ou em bancas/comissões de seleção ou concursos.

Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, não houve alterações nas regras de teletrabalho já instituídas. Eles também ressaltam que as mudanças não afetam trabalhadores da iniciativa privada.

"As regras são válidas apenas para órgãos e entidades integrantes do poder Executivo Federal civil, aplicam-se aos seguintes agentes públicos: **servidores públicos** ocupantes de cargo efetivo; **servidores públicos** ocupantes de cargo em comissão; empregados públicos em exercício na administração pública federal direta, autárquica e fundacional".

O Ministério também afirmou que a instrução normativa anterior será substituída por outra no prazo de 90 dias. "Mais moderna e flexível, construída de

forma participativa para os Programas de Gestão de Desempenho (PGDs)".

O Ministério explicou que PGDs são os instrumentos que tratam do desenvolvimento e a avaliação das atividades realizadas pelos servidores em teletrabalho.

"Até que seja expedido o novo normativo, os PGDs criados até o momento permanecem vigentes".

ENTENDA

Prioridade por problemas de saúde

Prioridades para o home office

O MINISTÉRIO da Gestão e da Inovação revogou uma instrução normativa do governo federal anterior.

A NOVA MEDIDA definiu quais categorias do funcionalismo federal devem ter prioridade ao pedir a migração para o modelo de trabalho remoto.

A SITUAÇÃO acaba por dificultar a adesão ao teletrabalho para muitos servidores federais.

Categorias prioritárias

SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA OU com problemas graves de saúde, ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes na mesma condição; pessoas com mobilidade reduzida; gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação; e servidores com horário especial

Iniciativa privada

TRABALHADORES que atuam no regime de CLT não são afetados pelas mudanças. "Não houve alterações nas regras de teletrabalho já instituídas", explicou em nota o Ministério.

Nova instrução normativa

ALÉM DE REVOGAR, a instrução normativa editada no final do ano passado pelo governo anterior, uma nova medida deve ser editada.

HÁ PRAZO DE 90 DIAS para elaboração de nova instrução normativa.

"MAIS MODERNA E FLEXÍVEL, construída de forma participativa para os Programas de Gestão de Desempenho (PGDs)", explicou o Ministério.

Fonte: Governo federal

PEC quer federalizar segurança pública na capital federal

DF

O senador Alessandro Vieira (PS-DB-SE) protocolou, nesta terça-feira, 17, proposta de emenda à Constituição (PEC) que visa federalizar a segurança pública da capital federal. Com a aprovação da medida, passa à Presidência da República o comando das polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal, bem como das polícias Civil, Militar, Penal e do Corpo de Bombeiros Militar do DF. O texto também determina que os comandantes gerais das polícias devem ter suas indicações aprovadas por maioria absoluta do Senado Federal.

"A ineficiência do poder público distrital em relação aos atos antidemocráticos se demonstrou quando da ocupação de Brasília por indivíduos que pediam intervenção militar e foi confirmada após as tentativas de invasão da sede da Polícia Federal, ainda em dezembro de 2022", afirma o autor da proposta, senador Alessandro Vieira. "O ápice ocorreu no dia 8 de janeiro, quando a população assistiu atônita à fácil retomada da Praça dos Três Poderes pelos depredadores, durante o silêncio prolongado do governador", completa.

Para o senador, a PEC é a forma ideal de garantir a segurança do estado democrático de direito.

"Não adianta ficar só falando sobre os fatos graves que ocorreram. É preciso apresentar soluções permanentes", afirma.

Reforma tributária

Pelas redes sociais, o senador comentou sobre a tabela do Imposto de Renda. "Não se exige anterioridade para reduzir imposto, mas é razoável entender que não existe almoço grátis. Para reduzir imposto de quem ganha menos, o que é justo, é preciso aumentar de quem ganha mais e isso exige a anterioridade. A **reforma tributária** é urgente", registrou.

Gasto com cartão corporativo da Presidência exige mais transparência (Editorial)

Os Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF) foram criados em 2001, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, para modernizar o controle das despesas inerentes a cargos de autoridade, numa cópia do que grandes empresas faziam há tempos com seus diretores. Antes o reembolso era feito mediante apresentação de nota fiscal, método sempre sujeito a fraudes. Desde então, a divulgação de despesas com os cartões de crédito da Presidência tem repercussão garantida, derivada da curiosidade natural despertada por despesas triviais -como alimentos ou hospedagem -, necessárias à manutenção do cotidiano presidencial.

A primeira vítima da publicidade dos cartões foram justamente FH e a primeira-dama Ruth Cardoso, em razão de despesas com hotéis de luxo. No segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o então ministro do Esporte, Orlando Silva, ganhou manchetes por ter de reembolsar a União por R\$ 8,3 pagos com o cartão oficial por uma tapioca. Aproveitou e ressarciu os cofres públicos em R\$ 34.378,36, gastos entre 2006 e 2007. Negociou e pagou em três parcelas. Em fevereiro de 2008, a oposição conseguiu apoio para instaurar uma CPI dos Cartões Corporativos, que não resultou em nada.

Tal retrospecto provavelmente levou o ex-presidente Jair Bolsonaro a manter o sigilo sobre seus gastos com o cartão corporativo da Presidência. Foi necessário que a agência de dados Fique Sabendo acionasse a Lei de Acesso à Informação (LAI) para que a Secretaria da Presidência da República enfim divulgasse essas informações, já no início do novo governo.

Ficamos então sabendo nos últimos dias que Bolsonaro foi quem realizou menos gastos com o cartão corporativo presidencial, na comparação com os antecessores: R\$ 31,5 milhões nos quatro anos de governo, em valores corrigidos pela **inflação**. As despesas realizadas no primeiro governo Dilma Rousseff chegaram a R\$ 43 milhões. No segundo mandato de Lula, foram de R\$ 48,5 milhões, e no primeiro, de R\$ 60 milhões.

Isso não impede que alguns gastos de Bolsonaro tenham chamado a atenção. Em 26 de maio de 2019, um domingo, ele sacou o cartão presidencial para pagar na Padaria Santa Marta, em Copacabana, uma

conta que hoje seria de R\$ 68.900. Era o dia seguinte ao casamento de seu filho Eduardo, o Zero Dois. O presidente e a família estavam no Rio para a festa.

As informações são sempre sujeitas a uso político, mas isso não é motivo para não divulgá-las. É essencial que o contribuinte tome conhecimento em detalhes do destino dado ao dinheiro dos **impostos** que paga. Deveria ser compulsória a **divulgação** periódica dos extratos desses cartões, que também permitem saques em caixas eletrônicos. A vigilância da opinião pública ajudaria a conter excessos, e Bolsonaro não se veria na posição desconfortável de, como seus antecessores, ter de explicar gastos aparentemente sem nenhum cabimento.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>